

PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI  
Atos do Prefeito

DECRETO Nº 12227/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE NITERÓI, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no art. 8º, da Lei nº 3191/2015, de 30 de dezembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito suplementar ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, no valor global de R\$ 1.872.891,83 (um milhão, oitocentos e setenta e dois mil, oitocentos e noventa e um reais e oitenta e três centavos) para reforço de dotações orçamentárias, na forma do Anexo.

Art. 2º - O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será compensado de acordo com o inciso III do § 1º do artigo 43, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, na forma do Anexo.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI, EM 18 DE MARÇO DE 2016.

Rodrigo Neves - Prefeito

ANEXO AO DECRETO Nº 12227/2016  
CRÉDITO SUPLEMENTAR

CÓDIGOS				VALORES (R\$)	
ÓRGÃO/UNIDADE	PROGRAMA DE TRABALHO	DESPESA	FT	SUPLEMENTADO	COMPENSADO/ CANCELADO
4141 - FAN	13.122.0001.2740	31901303	202	84.000,00	
4141 - FAN	13.122.0001.2740	33903600	202	100.000,00	
1052 - NELTUR	27.813.0017.2063	33903900	100	22.648,00	
1051 - EMUSA	04.122.0001.2737	44905200	108	461.917,00	
1051 - EMUSA	15.451.0001.2725	44905100	108	1.204.326,83	
4141 - FAN	13.122.0001.2740	33903900	202		184.000,00
1000 - SEXEC	10.306.0005.1205	33903000	100		2.648,00
1000 - SEXEC	10.306.0005.1205	33903900	100		20.000,00
1051 - EMUSA	15.452.0010.1040	44905100	108		682.196,86
1051 - EMUSA	17.451.0010.1053	33903900	108		116.924,82
1051 - EMUSA	17.452.0010.1050	44905100	108		153.551,13
1051 - EMUSA	17.541.0010.1042	44905100	108		522.129,97
1051 - EMUSA	26.782.0011.1059	44905100	108		153.597,00
1051 - EMUSA	28.846.0900.0924	33909200	108		19.768,80
1051 - EMUSA	28.846.0900.0924	44909200	108		18.075,25
TOTAL GERAL				1.872.891,83	1.872.891,83

NOTA:

FONTE 100 - RECURSOS ORDINÁRIOS

FONTE 108 - RECURSOS DE INDENIZAÇÕES (ROYALTIES)

FONTE 202 - RECURSOS DE CONVÊNIOS DIVERSOS

Portarias

Considera exonerada, a pedido, a contar de 14/03/2016, **AYCRAM SANTOS OLIVEIRA** do cargo de Assessor B, CC-2, da Secretaria Municipal de Fazenda (Portaria nº 310/2016).

Considera exonerada, a contar de 14/03/2016, **RAQUEL NASCIMENTO GONÇALVES DA SILVA** do cargo de Assessor C, CC-3, da Secretaria Municipal de Fazenda, por ter sido nomeada para cargo incompatível (Portaria nº 311/2016).

Considera nomeada, a contar de 14/03/2016, **RAQUEL NASCIMENTO GONÇALVES DA SILVA** para exercer o cargo de Assessor B, CC-2, da Secretaria Municipal de Fazenda, em vaga da exoneração de Aycram Santos Oliveira, acrescido das gratificações previstas na Comunicação Interna nº 01/09 (Portaria nº 312/2016).

Considera exonerado, a pedido, a contar de 01/03/2016, **CRISÓSTIMO LUIZ PEDRO IVO** do cargo de Assessor C, CC-3, da Superintendência de Terminais e Estacionamentos de Niterói – SUTEN, da Secretaria Municipal de Conservação e Serviços Públicos (Portaria nº 313/2016).

Considera nomeado, a contar de 01/03/2016, **BRUNO PIMENTA HERMIDA** para exercer o cargo de Assessor C, CC-3, da Superintendência de Terminais e Estacionamentos de Niterói – SUTEN, da Secretaria Municipal de Conservação e Serviços Públicos, em vaga da exoneração de Crisóstimo Luiz Pedro Ivo, acrescido das gratificações previstas na Comunicação Interna nº 01/09 (Portaria nº 314/2016).

Considera exonerada, a contar de 01/03/2016, **LARISSA DE ARAUJO MASULLO** do cargo de Assessor A, CC-1, da Secretaria Municipal de Fazenda, por ter sido nomeada para cargo incompatível (Portaria nº 315/2016).

Considera nomeada, a contar de 01/03/2016, **LARISSA DE ARAÚJO MASULLO** para exercer o cargo de Diretor, DG, da Secretaria Municipal de Fazenda, em vaga da exoneração de Edval Medrado Martins Filho, acrescido das gratificações previstas na Comunicação Interna nº 01/09 (Portaria nº 316/2016).

Torna insubsistente a Portaria nº 307/2016, publicada em 17 de março de 2016 (Portaria nº 317/2016).

Considera nomeado, a contar de 01 de março de 2016, **DANIEL PALMEIRA FRANCO** para exercer o de Chefe de Serviço, CC-3, da Secretaria Municipal de Administração, em vaga pelo Decreto nº 12210/2016, acrescido das gratificações previstas na Comunicação Interna nº 01/09 (Portaria nº 318/2016).

Considera nomeado, a contar de 01 de março de 2016, **MICHEL VEIGA LAHMEYER** para exercer o cargo de Assessor B, CC-2, da Secretaria Municipal de Administração, em vaga pelo Decreto nº 12210/2016, acrescido das gratificações previstas na Comunicação Interna nº 01/09 (Portaria nº 319/2016).

Considera nomeado, a contar de 01 de março de 2016, **WELLINGTON DA CONCEIÇÃO RODRIGUES** para exercer o cargo de Chefe de Serviço, CC-3, da Secretaria Municipal de Administração, em vaga pelo Decreto nº 12210/2016, acrescido das gratificações previstas na Comunicação Interna nº 01/09 (Portaria nº 320/2016).

Despachos do Prefeito

Processo nº180/311, 312 e 313/16 e 180/1625 e 1626/15- Autorizo

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Despachos do Secretário

Revisão de Incorporação- Indeferido

20/3091/12

Adicional- Deferido

20/564/16

20/560/16

20/567/16

20/20/16

20/559/16

Abono Permanência- Indeferido

20/621/16

Abono Permanência- Deferido

20/671/16

### SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E MOBILIDADE Atos do Subsecretário de Trânsito

Portaria SMU/SSTT nº 114, de 11 de março de 2016.

O Presidente da NitTrans e Subsecretário Municipal de Trânsito da Secretaria Municipal de Urbanismo e Mobilidade, no cumprimento dos dispositivos do art. 24, da Lei Federal nº 9.503/97 – Código de Trânsito Brasileiro e;

**Considerando** o disposto na Lei Municipal nº 3.022/13, nos Decretos Municipais nº 11.415/13 e 11.445/13, e na Portaria nº 1.975/2013 do Chefe do Poder Executivo Municipal, publicada em 12/06/2013;

**Considerando** a responsabilidade pelo estacionamento, circulação e parada de veículos prescrita no inciso VI da norma mencionada na inicial;

**Considerando** a realização do evento religioso **PROCISSÃO DO SENHOR MORTO**, conforme **Processo nº 530/000427/2016**, sendo necessária a ordenação do fluxo de veículos e pedestres;

**RESOLVE:**

**Art. 1º Autorizar a interdição parcial ao tráfego de veículos** da Rua Jornalista Alberto Francisco Torres, sentido Ingá, Rua Lopes Trovão, Rua Cel. Moreira Cesar, Rua Otávio Carneiro, retornando à Rua Jornalista Alberto Francisco Torres até a Paróquia de São Judas Tadeus, no bairro Icarai, das **18:00 H às 22:00 H, no dia 23/03/2016 (sexta-feira)**.

**Art. 2º** Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, observado o previsto no artigo 95, da Lei nº 9.503/97 – CTB, revogadas as disposições em contrário.

Portaria SMU/SST nº 116, de 14 de março de 2016.

O Presidente da NitTrans e Subsecretário Municipal de Trânsito da Secretaria Municipal de Urbanismo e Mobilidade, no cumprimento dos dispositivos do art. 24, da Lei Federal nº 9.503/97 – Código de Trânsito Brasileiro e;

**Considerando** o disposto na Lei Municipal nº 3.022/13, nos Decretos Municipais nº 11.415/13, 11.445/13 e 12.143/15, e na Portaria nº 1.975/2013 do Chefe do Poder Executivo Municipal, publicada em 12/06/2013;

**Considerando** a responsabilidade pelo estacionamento, circulação e parada de veículos prescrita no inciso VI da norma mencionada na inicial;

**Considerando** a realização do evento **SHOW DE PAGODE PARA A COMUNIDADE**, conforme **Processo nº 530/005743/2016**, sendo necessária a ordenação do fluxo de veículos e pedestres;

**RESOLVE:**

**Art. 1º Autorizar a interdição ao tráfego de veículos** da Trav. São José, no trecho compreendido entre a rotatória e o nº 650, no bairro Fonseca, das **12:00 H às 22:00 H do dia 12/03/2016 (sábado)**.

**Art. 2º** Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo à data e horários mencionado no artigo anterior, observado o previsto no artigo 95, da Lei nº 9.503/97 – CTB, revogadas as disposições em contrário.

Portaria SMU/SST nº 117, de 15 de março de 2016.

O Presidente da NitTrans e Subsecretário Municipal de Trânsito da Secretaria Municipal de Urbanismo e Mobilidade, no cumprimento dos dispositivos do art. 24, da Lei Federal nº 9.503/97 – Código de Trânsito Brasileiro e;

**Considerando** o disposto na Lei Municipal nº 3.022/13, nos Decretos Municipais nº 11.415/13 e 11.445/13, e na Portaria nº 1.975/2013 do Chefe do Poder Executivo Municipal, publicada em 12/06/2013;

**Considerando** a responsabilidade pelo estacionamento, circulação e parada de veículos prescrita no inciso VI da norma mencionada na inicial;

**Considerando** a realização do evento **PROCISSÃO DE NOSSA SENHORA DE NAZARETH**, conforme **Processo nº 530/005870/2016**, sendo necessária a ordenação do fluxo de veículos e pedestres;

**RESOLVE:**

**Art. 1º Autorizar a interdição parcial ao tráfego de veículos** da Av. Des. Nestor Rodrigues Perlingeiro, a partir do nº 809, Rua Portugal, Estrada da Florália, Rua Pastor José Gomes e Rua Central, a partir da Praça do Caramujo até a Igreja Matriz da Paróquia de N. S. de Nazareth, no bairro Caramujo, das **07:00 H às 12:00 H do dia 20/03/2016 (domingo)**.

**Art. 2º** Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, observado o previsto no artigo 95, da Lei nº 9.503/97 – CTB, revogadas as disposições em contrário.

Portaria SMU/SST nº 118, de 15 de março de 2016.

O Presidente da NitTrans e Subsecretário Municipal de Trânsito da Secretaria Municipal de Urbanismo e Mobilidade, no cumprimento dos dispositivos do art. 24, da Lei Federal nº 9.503/97 – Código de Trânsito Brasileiro e;

**Considerando** o disposto na Lei Municipal nº 3.022/13, nos Decretos Municipais nº 11.415/13 e 11.445/13, e na Portaria nº 1.975/2013 do Chefe do Poder Executivo Municipal, publicada em 12/06/2013;

**Considerando** a responsabilidade pelo estacionamento, circulação e parada de veículos prescrita no inciso VI da norma mencionada na inicial;

**Considerando** a realização do evento **PROCISSÃO DE SÃO JOSÉ**, conforme **Processo nº 530/005701/2016**, sendo necessária a ordenação do fluxo de veículos e pedestres;

**RESOLVE:**

**Art. 1º Autorizar a interdição parcial ao tráfego de veículos** da Rua Dr. Cornélio de Melo Júnior, Rua Dr. Salomão Vergueiro da Cruz e Avenida Conselheiro Paulo de Mello Kalle até a Igreja Matriz de São José, no bairro Piratininga, das **18:00 H às 21:00 H do dia 19/03/2016 (sábado)**.

**Art. 2º** Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, observado o previsto no artigo 95, da Lei nº 9.503/97 – CTB, revogadas as disposições em contrário.

Portaria SMU/SST nº 120, de 16 de março de 2016.

O Presidente da NitTrans e Subsecretário Municipal de Trânsito da Secretaria Municipal de Urbanismo e Mobilidade, no cumprimento dos dispositivos do art. 24, da Lei Federal nº 9.503/97 – Código de Trânsito Brasileiro e;

**Considerando** o disposto na Lei Municipal nº 3.022/13, nos Decretos Municipais nº 11.415/13 e 11.445/13, e na Portaria nº 1.975/2013 do Chefe do Poder Executivo Municipal, publicada em 12/06/2013;

**Considerando** a responsabilidade pelo estacionamento, circulação e parada de veículos prescrita no inciso VI da norma mencionada na inicial;

**Considerando** a realização do evento **XXIII FESTA DE ANIVERSÁRIO DA AEN**, conforme **Processo nº 530/005276/2016**, sendo necessária a ordenação do fluxo de veículos e pedestres;

**RESOLVE:**

**Art. 1º Autorizar a interdição ao tráfego de veículos** da Rua Tamoios, no trecho compreendido entre as Ruas Goitacases e Araribóia, no bairro São Francisco, das **17:00 H às 23:00 H do dia 19/03/2016 (sábado)**.

**Art. 2º** Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, observado o previsto no artigo 95, da Lei nº 9.503/97 – CTB, revogadas as disposições em contrário.

Portaria SMU/SST nº 121, de 16 de março de 2016.

O Presidente da NitTrans e Subsecretário Municipal de Trânsito da Secretaria Municipal de Urbanismo e Mobilidade, no cumprimento dos dispositivos do art. 24, da Lei Federal nº 9.503/97 – Código de Trânsito Brasileiro e;

**Considerando** o disposto na Lei Municipal nº 3.022/13, nos Decretos Municipais nº 11.415/13 e 11.445/13, e na Portaria nº 1.975/2013 do Chefe do Poder Executivo Municipal, publicada em 12/06/2013;

**Considerando** a responsabilidade pelo estacionamento, circulação e parada de veículos prescrita no inciso VI da norma mencionada na inicial;

**Considerando** a realização do evento **PROCISSÃO DE RAMOS**, conforme **Processo nº 530/005895/2016**, sendo necessária a ordenação do fluxo de veículos e pedestres;

**RESOLVE:**

**Art. 1º Autorizar a interdição parcial ao tráfego de veículos** da Rua José Bonifácio, Rua Guilherme Briggs e a Av. Visconde do Rio Branco, no trecho compreendido entre a Rua Guilherme Briggs e a Rua Gal Osório, no bairro Centro, das **08:00 H às 11:00 H do dia 20/03/2016 (domingo)**.

**Art. 2º** Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, observado o previsto no artigo 95, da Lei nº 9.503/97 – CTB, revogadas as disposições em contrário.

**Portaria SMU/SST nº 122, de 16 de março de 2016.**

**O Presidente da NitTrans e Subsecretário Municipal de Trânsito da Secretaria Municipal de Urbanismo e Mobilidade**, no cumprimento dos dispositivos do art. 24, da Lei Federal nº 9.503/97 – Código de Trânsito Brasileiro e;

**Considerando** o disposto na Lei Municipal nº 3.022/13, nos Decretos Municipais nº 11.415/13 e 11.445/13, e na Portaria nº 1.975/2013 do Chefe do Poder Executivo Municipal, publicada em 12/06/2013;

**Considerando** a responsabilidade pelo estacionamento, circulação e parada de veículos prescrita no inciso VI da norma mencionada na inicial;

**Considerando** a realização do evento **DOMINGO DE RAMOS**, conforme **Processo nº 470/000019/2016**, sendo necessária a ordenação do fluxo de veículos e pedestres;

**RESOLVE:**

**Art. 1º Autorizar a interdição parcial ao tráfego de veículos** da Rua Gal Castrioto, a partir da Rua Guimarães Júnior, Rua Galvão e Av. Luis Palmier, no bairro Centro, das **08:00 H às 12:00 H do dia 20/03/2016 (domingo)**.

**Art. 2º** Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, observado o previsto no artigo 95, da Lei nº 9.503/97 – CTB, revogadas as disposições em contrário.

**Portaria SMU/SST nº 123, de 16 de março de 2016.**

**O Presidente da NitTrans e Subsecretário Municipal de Trânsito da Secretaria Municipal de Urbanismo e Mobilidade**, no cumprimento dos dispositivos do art. 24, da Lei Federal nº 9.503/97 – Código de Trânsito Brasileiro e;

**Considerando** o disposto na Lei Municipal nº 3.022/13, nos Decretos Municipais nº 11.415/13 e 11.445/13, e na Portaria nº 1.975/2013 do Chefe do Poder Executivo Municipal, publicada em 12/06/2013;

**Considerando** a responsabilidade pelo estacionamento, circulação e parada de veículos prescrita no inciso VI da norma mencionada na inicial;

**Considerando** a realização do evento **PROCISSÃO DE NOSSA SENHORA DO SAGRADO CORAÇÃO**, conforme **Processo nº 530/005699/2016**, sendo necessária a ordenação do fluxo de veículos e pedestres;

**RESOLVE:**

**Art. 1º Autorizar a interdição parcial ao tráfego de veículos** da Rua Álvares de Azevedo, no trecho compreendido entre a Av. Roberto Silveira e a Av. Jornalista Alberto Francisco Torres, no bairro Icaraí, das **08:00 H às 10:00 H, no dia 20/03/2016 (domingo)**.

**Art. 2º** Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, observado o previsto no artigo 95, da Lei nº 9.503/97 – CTB, revogadas as disposições em contrário.

**Portaria SMU/SST nº 124, de 16 de março de 2016.**

**O Presidente da NitTrans e Subsecretário Municipal de Trânsito da Secretaria Municipal de Urbanismo e Mobilidade**, no cumprimento dos dispositivos do art. 24, da Lei Federal nº 9.503/97 – Código de Trânsito Brasileiro e;

**Considerando** o disposto na Lei Municipal nº 3.022/13, nos Decretos Municipais nº 11.415/13 e 11.445/13, e na Portaria nº 1.975/2013 do Chefe do Poder Executivo Municipal, publicada em 12/06/2013;

**Considerando** a responsabilidade pelo estacionamento, circulação e parada de veículos prescrita no inciso VI da norma mencionada na inicial;

**Considerando** a realização do evento **PROCISSÃO DE NOSSA SENHORA DO SGBRADO CORAÇÃO**, conforme **Processo nº 530/005450/2016**, sendo necessária a ordenação do fluxo de veículos e pedestres;

**RESOLVE:**

**Art. 1º Autorizar a interdição parcial ao tráfego de veículos** das ruas Dr. Paulo Alves, Tiradentes, Visconde de Moraes e Presidente Pedreira, nos bairros Ingá e Icaraí, das **09:00 H às 11:00 H, no dia 20/03/2016 (domingo)**.

**Art. 2º** Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, observado o previsto no artigo 95, da Lei nº 9.503/97 – CTB, revogadas as disposições em contrário.

**Portaria SMU/SST nº 125, de 16 de março de 2016.**

**O Presidente da NitTrans e Subsecretário Municipal de Trânsito da Secretaria Municipal de Urbanismo e Mobilidade**, no cumprimento dos dispositivos do art. 24, da Lei Federal nº 9.503/97 – Código de Trânsito Brasileiro e;

**Considerando** o disposto na Lei Municipal nº 3.022/13, nos Decretos Municipais nº 11.415/13 e 11.445/13, e na Portaria nº 1.975/2013 do Chefe do Poder Executivo Municipal, publicada em 12/06/2013;

**Considerando** a responsabilidade pelo estacionamento, circulação e parada de veículos prescrita no inciso VI da norma mencionada na inicial;

**Considerando** a realização do evento **PROCISSÃO DE RAMOS DA PARÓQUIA DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO**, conforme **Processo nº 530/005589/2016**, sendo necessária a ordenação do fluxo de veículos e pedestres;

**RESOLVE:**

**Art. 1º Autorizar a interdição parcial ao tráfego de veículos** das ruas Dr. Mário Neves, Dr. Mário Tinoco, e Rua Nossa Senhora da Conceição até a Rua Cruzeiro, no bairro Ilha da Conceição, das **08:00 H às 11:00 H, no dia 20/03/2016 (domingo)**.

**Art. 2º** Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, observado o previsto no artigo 95, da Lei nº 9.503/97 – CTB, revogadas as disposições em contrário.

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ORDEM PÚBLICA**  
**Despachos do Secretário**

**Comércio ambulante**

Processo n.º 130000682/2016 – DEFERIDO;  
Processo n.º 130000717/2016 – DEFERIDO;  
Processo n.º 130000725/2016 – DEFERIDO;  
Processo n.º 130000636/2016 – INDEFERIDO;  
Processo n.º 130000684/2016 – INDEFERIDO;  
Processo n.º 130000687/2016 – INDEFERIDO;  
Processo n.º 130000697/2016 – INDEFERIDO;  
Processo n.º 130000704/2016 – INDEFERIDO;  
Processo n.º 130000728/2016 – INDEFERIDO;  
Processo n.º 130000741/2016 – INDEFERIDO.

**SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS**  
**DESPACHO DA SECRETÁRIA**

**PORTARIA Nº 10/2016**

**Atualização dos Fiscais no Contrato nº 04/2015.**

PARTES: Município de Niterói, tendo como gestora a SECONSER – Secretaria de Conservação e Serviços Públicos de Niterói e a empresa ENGEBIO LTDA. Ficam designados como fiscais do contrato os servidores Marcelo Serieiro Serra, matrícula nº 1242247-3, Valdir Fernandes de Araujo, matrícula nº 240323-1 e Manoel Jorge Nunes da Rosa, matrícula nº 224341-5, do processo administrativo nº 040/01153/2015.

**PORTARIA Nº 11/2016**  
**Atualização dos Fiscais no Termo de Contrato de Locação nº 01/2014.**

PARTES: Município de Niterói, tendo como gestora a SECONSER – Secretaria de Conservação e Serviços Públicos de Niterói e a empresa AUTO ÔNIBUS BRASILIA LTDA. Ficam designados como fiscais do co ntrato os servidores Marcelo Serieiro Serra, matrícula nº 1242247-3, Gilberto Silva Barreto, matrícula nº 229784-4 e Claudia Neves Saraiva, matrícula nº 1242188-9, do processo administrativo nº 040/07824/2013.

**P O R T A R I A Nº 12/2016**  
Chamamento Público 01/2016- SECONSER  
A Secretaria Municipal de Conservação e Serviços Públicos do Município de Niterói, do Estado do Rio de Janeiro, com base nas análises elaboradas pela Subsecretária/Diretoria de Iluminação Pública, de acordo com o procedimento previsto no artigo 1º, §4º, do Decreto Federal 8.428, de 2015, publica este COMUNICADO para a apresentação, por eventuais interessados da iniciativa privada, de estudos técnicos e modelagem de projetos de Parceria Público-Privada (PPP) para Modernização, Otimização, Expansão, Operação e Manutenção da Infraestrutura da Rede de Iluminação Pública do Município de Niterói. O edital, deste Chamamento Público, está à disposição no site eletrônico [www.seconser.niteroi.rj.gov.br](http://www.seconser.niteroi.rj.gov.br) ou na sede da Secretaria de Conservação e Serviços Públicos, localizada na Av. Visconde do Rio Branco, 11 – Ponta D'areia, aplicando-se as regras dispostas no Decreto Federal 8428, de 2015, e o Decreto Municipal 2.682, de 2009, com suas alterações e, naquilo que couber, as demais Leis Municipais e Federais de regência.

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER**  
**TERMO Nº 004/2016**

TERMO DE PATROCINIO que entre si fazem de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI E A SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER - SMEL,e do outro lado o NITERÓI RUGBY FOOTBALL CLUBE, no valor global de R\$ 40,000.00 (Quarenta mil reais), que se refere a contratação de empresa para a realização do Circuito Brasileiro de Handebol de Areia 2015/2016, que obedece ao processo administrativo Nº230000021/2016, Fundamento: artigo 217, inciso II, Lei Orgânica do município, art 253, Lei Federal 9615, data da assinatura -15/03/2016.

**SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E DA FUNDAÇÃO DE ARTE**  
**EXTRATO DE CHAMADA PÚBLICA Nº 002 / 2016**

O MUNICÍPIO DE NITERÓI, por intermédio da Secretaria Municipal de Cultura e da Fundação de Arte de Niterói, em cumprimento ao **Convênio Rede Cultura Viva de Niterói**, nº 812085/2014, torna público, para conhecimento dos interessados, que estará recebendo inscrições, no período de 18/03/2016 a 24/03/2016, para seleção de 30 (trinta) jovens agentes culturais, para a Chamada Pública nº 02/2016 – Cultura Viva Niterói. A Chamada Pública em sua versão completa, contendo os respectivos anexos, informações, condições para participação e esclarecimentos necessários estará disponível a partir do dia 18 de março de 2016, no endereço eletrônico [www.culturanniteroi.com.br](http://www.culturanniteroi.com.br)

**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**  
**EDITAL PGM Nº 6, DE 11 DE MARÇO DE 2016.**

O Procurador Geral do Município de Niterói, no uso das suas atribuições, CONVOCA, nesse ato, as candidatas aprovada no **1º Exame de Seleção para o Programa de Residência Jurídica da Procuradoria Geral do Município de Niterói**, abaixo relacionada:

**1. CANDIDATOS CONVOCADOS**

CLASSIFICAÇÃO	INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO
<b>2ª (final de fila)</b>	350	Isabella Vieira do Nascimento
<b>3ª (final de fila)</b>	28	Bruno Verzani Lima de Almeida
<b>11ª(final de fila)</b>	37	Eric da Cruz Kale dos Santos
<b>20ª(final de fila)</b>	172	Miguel Eduardo de Azevedo Martins Filho

1.1. As candidatas acima arroladas deverão comparecer à apresentação na sede da Procuradoria Geral do Município, na **Rua Visconde de Sepetiba, 987, 7º andar, Centro, Niterói, no dia 14 de março de 2016, de 13 às 16 horas**, quando terão as informações necessárias à sua inserção no Programa de Residência Jurídica.

1.2. As candidatas deverão comparecer à apresentação portando os seguintes documentos, na forma do item XV do Edital PGM nº 01, de 18 de dezembro de 2013:

- a) carteira de identidade;
- b) CPF;
- c) currículo;
- d) número da conta bancária (xerox do cartão do banco);
- e) comprovante de conclusão do Curso de Bacharel em Direito;
- f) 02 (duas) fotos 3x4;
- g) comprovante de vinculação como autônomo, no regime de Previdência Social;
- h) documento que comprove a regularidade com o serviço militar obrigatório;
- i) título de eleitor com comprovante da última votação.

1.3. Havendo desinteresse na vaga, as candidatas convocadas deverão manifestar sua desistência por escrito, em simples petição dirigida ao Procurador Geral do Município.

1.4. As candidatas convocadas que não tenham interesse em assumir desde logo, mas que pretendam solicitar sua reclassificação para o final da listagem poderão fazê-lo, em petição também dirigida ao Procurador Geral do Município.

1.5. O não comparecimento imotivado implicará desistência da vaga e exclusão do certame, na forma do item X, 1.14, do Edital PGM nº 01, de 18 de dezembro de 2013.

**EDITAL PGM N.11, DE 15 DE MARÇO DE 2016.**

O Procurador Geral do Município de Niterói, no uso das suas atribuições, CONVOCA, o candidato aprovado no **4º PROCESSO SELETIVO PARA ADMISSÃO DE ESTAGIÁRIOS DA PGM NITERÓI** na 5ª colocação, a comparecer à Rua Visconde de Sepetiba, nº 987, 7º andar, Centro, Niterói, no dia 16 de março de 2016, de 13:00h às 16:00h, para apresentarem os documentos abaixo relacionados (EDITAL PGM Nº 01 de 2015, Item XII, 1):

CLASSIFICAÇÃO	INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO
5ª	006-2015	GUILHERME LUCAS DE RESENDE PINTO

- Declaração da Faculdade de Direito, oficial ou reconhecida, de conclusão de 3/5 do curso de Bacharel;
- Certidão de matrícula em Faculdade de Direito (oficial ou reconhecida);
- Certidão de que não sofreu penalidade disciplinar;
- Histórico escolar atualizado;
- Xerox da carteira demonstrando a inscrição nos quadros de estagiário da OAB/RJ ou protocolo de requerimento da inscrição;
- 2 (duas) fotos 3 x 4;
- Currículo;

Se a Comissão Organizadora verificar irregularidades na documentação apresentada, os candidatos convocados terão até a data da assinatura do contrato (a ser anunciada) para saná-las.

**RESOLUÇÃO PGM Nº 05, DE 18 DE MARÇO DE 2016.**  
**APROVA O REGULAMENTO DAS ATIVIDADES TEÓRICAS E O PROCEDIMENTO DE**  
**AValiação DO PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA DA PROCURADORIA**  
**GERAL DO MUNICÍPIO.**

O PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO DE NITERÓI, no uso das atribuições que lhe foram conferidas,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Fica aprovado o Regulamento das Atividades Teóricas e o procedimento de Avaliação do Programa de Residência Jurídica da Procuradoria Geral Do Município, conforme anexo da presente resolução.

**Art. 2º** - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

**REGULAMENTO DAS ATIVIDADES TEÓRICAS E O PROCEDIMENTO DE AVALIAÇÃO**  
**DO PROGRAMA DE RESIDENCIA JURÍDICA DA PROCURADORIA GERAL DO**  
**MUNICÍPIO**

**DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 1º** O Programa de Residência Jurídica terá carga horária semanal de 25 (vinte e cinco) horas, sendo 5 (cinco) horas de atividades teóricas e 20 (vinte) horas de atividades práticas.

**Art. 2º** As atividades teóricas compreenderão:

- I) Aulas e Palestras semanais ministradas na Procuradoria Geral do Município;
- II) Estudos Dirigidos semanais, realizados sob a supervisão de Procurador do Município;
- III) Congressos e Palestras externas canceladas pela Procuradoria Geral do Município;
- IV) Elaboração de Relatórios das atividades descritas anteriormente, sob a supervisão e chancela de Procurador do Município.

**§1º** As aulas e palestras semanais serão ministradas na Procuradoria Geral do Município, segundo cronograma previamente divulgado pelo Centro de Estudos Jurídicos – CEJUR, e terão duração mínima de 2 horas.

**§2º** Os alunos-residentes serão designados, segundo escala previamente divulgada, para conduzir o Estudo Dirigido sob a supervisão de Procurador do Município, acerca de tema inerente à advocacia pública, sendo obrigatória a presença dos demais residentes da respectiva Procuradoria Especializada.

**§3º** Fica facultado aos Procuradores-Chefes de Especializadas definirem, em comum acordo, a realização de estudos dirigidos conjuntos.

**§4º** Após a realização do estudo dirigido, o aluno-residente condutor do estudo deverá elaborar relatório sintético, no prazo de 3 (três) dias úteis, para a chancela do Procurador Supervisor, que o encaminhará ao Procurador Chefe da respectiva Especializada para posterior envio ao CEJUR, junto com a frequência e avaliação do residente.

**§5º** O descumprimento do prazo assinalado no parágrafo anterior importará na perda automática de 1 ponto na avaliação mensal do residente, acrescido sucessivamente de 0,5 (meio ponto) a cada reincidência.

**DAS AULAS OU PALESTRAS SEMANAIS**

**Art. 3º** As aulas ou palestras semanais serão ministradas em módulos previamente definidos pelo CEJUR, com a presença obrigatória dos alunos-residentes, e ocorrerão preferencialmente às quartas-feiras, no horário de 11h às 13h e, caso não seja possível, em aulas substitutas realizadas às sextas-feiras, no mesmo período.

**§1º** Não serão computadas, para efeito de desconto na bolsa, as ausências de atividades remarcadas em período diferente ao que se refere o parágrafo anterior, prevalecendo, porém, o cômputo para a frequência mínima exigida.

**§2º** O comparecimento às aulas e palestras ministradas por Procuradores do Município de Niterói ou professores de notório saber jurídico que satisfaçam os requisitos do credenciamento será obrigatório.

**§3º** Os alunos-residentes que, injustificadamente, deixarem de comparecer às aulas semanais obrigatórias receberão falta na respectiva data, independentemente da realização de qualquer outra atividade prática.

**§4º** Os atrasos superiores a 30 minutos nas atividades semanais serão considerados como ausência, para todos os efeitos.

**§5º** As faltas às atividades teóricas poderão ser abonadas nas seguintes hipóteses:

- I) Até 3 dias no casamento ou celebração de união estável reconhecida em cartório;
- II) Até 5 dias em caso de nascimento de filho;
- III) Até 3 dias no luto em consequência de falecimento do cônjuge ou companheiro, do pai ou mãe, filho ou parente até 4º grau;
- IV) Doença;
- V) Doação de sangue;
- VI) Pelo tempo que se fizer necessário quando tiver que comparecer perante a Justiça como parte, testemunha ou jurado;
- VII) Requisição de Procurador do Município para atividade extraordinária.

**§6º** O pedido de abono de falta deverá ser requerido ao CEJUR, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da ausência à atividade, sob pena de indeferimento sumário.

**§7º** No caso de impossibilidade extraordinária não contemplada nas hipóteses descritas no §2º, poderá o aluno-residente requerer a compensação das horas teóricas com atividades suplementares, mediante requerimento fundamentado, explicitando as razões que impossibilitaram o comparecimento à atividade.

**§8º** O Coordenador do CEJUR decidirá, em grau irrecorrível, os pedidos de abono de falta e de compensação.

**Art. 4º** Os residentes que obtiverem frequência inferior a 75% do módulo ministrado serão automaticamente excluídos do Programa.

**§1º** Ao final de cada módulo o CEJUR divulgará a frequência das aulas teóricas aos Procuradores-Chefes, que darão ciência as residentes de sua Especializada.

**§2º** Caso se verifique o não atingimento da frequência mínima, os alunos residentes serão imediatamente notificados do desligamento do Programa, facultando-lhes a interposição de recurso com efeito suspensivo, no prazo de 5 (cinco) dias contados da ciência do desligamento.

**§3º** O recurso do desligamento será julgado pelo Conselho Gestor da Residência Jurídica, após parecer do Coordenador do Centro de Estudos Jurídicos.

**Art. 5º** As aulas ou palestras semanais serão ministradas, preferencialmente, por Procuradores do Município de Niterói.

**Parágrafo único:** No caso de ausência de Procuradores aptos e/ou interessados a ministrarem aula sob o tema selecionado, o Coordenador do Centro de Estudos convidará professores externos, credenciados, com notório saber jurídico.

**Art. 6º** Os temas relativos a cada módulo serão divulgados aos Procuradores do Município com antecedência mínima de 15 (quinze) dias do início da primeira aula, através de comunicação interna e edital afixado na sede da Procuradoria Geral do Município, sem prejuízo de outros meios de comunicação. **§1º** Os Procuradores que tiverem interesse em ministrar determinado tema deverão se manifestar, no prazo de 5 (cinco) dias, através de memorando interno destinado ao Coordenador do CEJUR, indicando as disciplinas que pretendem ministrar, juntamente com seu currículo acadêmico e profissional.

**§2º** Não haverá limite de temas para a inscrição referida no parágrafo anterior.

**§ 3º** Na hipótese de haver mais de um Procurador interessado em ministrar determinado tema, caberá ao Coordenador do CEJUR definir a questão, segundo os seguintes critérios, sucessivamente:

- I) Consenso entre os Procuradores envolvidos;
- II) Prevalência daquele que tiver ministrado menor número de aulas no módulo que se pretende a inscrição;
- III) Prevalência daquele que tiver diploma, devidamente registrado, de conclusão de doutorado, relacionado ao tema proposto;
- IV) Prevalência daquele que tiver diploma, devidamente registrado, de conclusão de mestrado, relacionado ao tema proposto;
- V) Prevalência daquele que tiver certificado de curso de pós-graduação em nível de especialização, com carga horária mínima de 360 horas-aula, relacionado ao tema proposto;
- VI) antiguidade na carreira de Procurador do Município.

**§ 4º** Caso subsistam vagas após a convocação, o Coordenador do Centro de Estudos dará preferência, sucessivamente:

- I) Aos Procuradores que já demonstraram interesse tempestivamente;
- II) Aos Procuradores que demonstraram interesse depois de expirado o prazo de convocação;
- III) A Professores externos.

**Art. 7º** Os alunos-residentes poderão avaliar os professores e palestrantes em formulário sem identificação nominal, segundo os seguintes critérios:

- I) Conhecimento do tema;
- II) Clareza na exposição;
- III) Importância dos tópicos abordados;
- IV) Distribuição dos tópicos no tempo;
- V) Estimulo à participação dos residentes.

**§1º** Os residentes avaliarão, em cada um dos critérios listados, atribuindo o grau de:

- I) Muito bom (MB), correspondendo a 2,0 pts;
- II) Bom (B), correspondendo a 1,5 pts;
- III) Regular (R), correspondendo a 1,0 pts;
- IV) Insatisfatório (I), correspondendo a 0 (zero) pts.

**§2º** As avaliações serão facultativas e sigilosas, servindo apenas para o desenvolvimento do programa, sendo vedada a utilização para qualquer outro fim.

**§3º** Os professores e palestrantes terão ciência das avaliações ao término de cada módulo.

**Do ESTUDO DIRIGIDO**

**Art. 8º** Os alunos-residentes serão designados segundo escala previamente divulgada para conduzir o Estudo Dirigido, sob a supervisão de Procurador do Município, acerca de tema inerente à advocacia pública, com a presença obrigatória dos demais residentes da respectiva Procuradoria Especializada.

**§1º** Compete aos Procuradores-Chefes a coordenação dos temas e da escala dos estudos dirigidos no âmbito da respectiva Especializada, cabendo, no caso de escala conjunta de Especializadas, a definição em consenso pelos chefes envolvidos.

**§2º** Os estudos dirigidos serão obrigatórios e semanais, aplicando-se, no que couber, o disposto no art. 3º, §3º e §4º do presente regulamento.

**§3º** Os requerimentos de abono de faltas e compensação de atividade relativos aos estudos dirigidos serão decididos pelos respectivos Procuradores Supervisores, cabendo recurso da decisão de indeferimento ao Coordenador do CEJUR.

**Art. 9** O aluno-residente condutor do estudo deverá elaborar relatório sintético, no prazo de 3 (três) dias úteis, para a chancela do Procurador Supervisor, que conterà:

- I) Identificação do Residente e do Procurador Supervisor;
- II) Data e local do Estudo Dirigido;
- III) Tema proposto;
- IV) Relatório sintético da exposição e dos debates;
- V) Lista de residentes presentes com a respectiva assinatura.

**§1º** O relatório será chancelado pelo Procurador Supervisor, que poderá emitir observações que entender pertinentes, e encaminhará ao Procurador Chefe da sua respectiva Especializada.

**§2º** O descumprimento do prazo assinalado no parágrafo anterior importará na perda automática de 1 ponto na avaliação mensal do residente, acrescido, sucessivamente, de 0,5 (meio ponto) a cada reincidência.

**DAS ATIVIDADES TEÓRICAS SUPLEMENTARES**

**Art. 10** As atividades teóricas do Programa de Residência Jurídica poderão ser suplementadas por atividades externas devidamente chanceladas pelo Centro de Estudos Jurídicos da Procuradoria Geral do Município de Niterói.

**Art. 11** Não serão consideradas atividades suplementares para fins de compensação de faltas:

- I) Aulas referentes a cursos preparatórios para concursos públicos;
- II) Carga horária referente a cursos de pós-graduação, mestrado e doutorado;
- III) Palestras temáticas e produções acadêmicas não chanceladas pelo CEJUR;
- IV) Aulas referentes a outros cursos de residência jurídica.

**Parágrafo único:** O aluno-residente que pretender a compensação com atividades suplementares poderá apresentar consulta prévia ao CEJUR acerca da atividade que pretende utilizar para a compensação, ficando suspensos todos os prazos até a efetiva resposta à consulta formulada.

**DAS AVALIAÇÕES DO PROCURADOR SUPERVISOR DO PROGRAMA**

**Art. 12** Sem prejuízo da frequência obrigatória às atividades teóricas, o Residente será avaliado pelo seu desempenho nas atividades práticas conforme os seguintes critérios:

- I) Participação;
- II) Iniciativa;
- III) Capacidade de aprendizado;
- IV) Aceitação de responsabilidades;
- V) Pontualidade e frequência;
- VI) Cumprimento das normas internas;
- VII) Relacionamento com os seus superiores;
- VIII) Relacionamento com os colegas.

**§1º** O Procurador Supervisor avaliará o residente, em cada um dos critérios listados, atribuindo o grau de:

- V) Muito bom (MB), correspondendo a 1,25 pts;
- VI) Bom (B), correspondendo a 1,00 pts;
- VII) Regular (R), correspondendo a 0,5 pts;
- VIII) insatisfatório (I), correspondendo a 0 (zero) pts;

**§2º** Fica facultado ao Procurador Supervisor fazer apontamentos e observações sobre o desempenho do Residente, sendo obrigatória a justificativa, contudo, no caso de atribuição de grau regular ou insatisfatório a qualquer um dos critérios.

**§3º** Será concedida vista dos relatórios ao residente, pelo CEJUR, sempre que o Procurador Supervisor efetuar observações sobre o seu desempenho.

**Art. 13** O Residente que obtiver, em uma avaliação mensal, grau inferior a 4,0 (quatro) e, em três avaliações consecutivas, graus inferiores a 6,0 (seis), será desligado do Programa.

**Parágrafo único:** Nas hipóteses previstas no *caput*, será garantida vista aos relatórios de avaliação e a possibilidade de apresentação de defesa prévia escrita, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data da ciência da avaliação.**Art. 14** A defesa prévia apresentada pelo Residente, nas hipóteses de desligamento e/ou de avaliação negativa, será endereçada ao Procurador Geral, mediante protocolo na sede da Procuradoria Geral do

Município, com as razões de fato e de direito que sustentam o pedido de modificação da avaliação atribuída.
§1º Na hipótese de desligamento do programa, o Procurador Geral designará relator, dentre os membros do Conselho Gestor, que, sucessivamente, dará ciência da defesa apresentada ao Procurador Supervisor para manifestação sobre as alegações, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, e ao Coordenador do CEJUR, para emitir parecer sobre a questão, sem prejuízo de outras diligências que entender necessária ao deslinde da questão.
§2º Nas hipóteses de avaliação negativa que não enseje o desligamento automático do Residente, o relator poderá, se entender que na defesa apresentada há elementos suficientes para seu convencimento, decidir de plano a questão, ficando dispensadas as notificações previstas no §1º deste artigo.
§3º Em face da decisão do relator caberá recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, pelo Residente Jurídico e/ou pelo Procurador Supervisor, que será julgado pelo colegiado.
§4º Caso o relator não entenda pelo julgamento antecipado, o processo será julgado pelo Conselho Gestor da Residência, que, no caso de desligamento, terá efeito imediato a partir da publicação no veículo de imprensa oficial do Município.
§5º Caso se entenda pela procedência da defesa apresentada, o processo será remetido ao Procurador Geral, que poderá designar outro Procurador do Município para avaliar o Residente ou conferirá diretamente a avaliação, conforme sua convicção, devendo em ambas as hipóteses comunicar a decisão ao CEJUR para as medidas cabíveis.
DISPOSIÇÕES FINAIS
Art. 15 Ficam estabelecidos os formulários de Avaliação do Residente e de Estudo Dirigido, conforme Anexos I e II do presente regulamento.
Art. 16 Os casos omissos neste Regulamento serão resolvidos pelo Coordenador do Centro de Estudos Jurídicos, ouvido o Conselho Gestor do Programa de Residência Jurídica.
Art. 17 As funções atribuídas pelo presente regulamento ao Procurador Geral do Município poderão ser desempenhadas pelo Subprocurador Geral do Município, por delegação e/ou no caso de impedimento e afastamento.

ANEXO 1

Ficha de Avaliação de Desempenho do Residente
Nome do
Residente:
Especializada:
Procurador Supervisor:
Período de
Referência:
Total :

Table with 5 columns: Fatores Desempenho, Qualidade de Trabalho, MB, B, R, I. Rows include Participação, Iniciativa, Capacidade de aprendizado, Aceitação de responsabilidades, Pontualidade e frequência, Cumprimento das normas internas, Relacionamento com os superiores, and Relacionamento com os colegas.

Observações (obs.: obrigatório quando atribuir grau regular ou insatisfatório)
Niterói, de de 20
Assinatura e carimbo do Procurador Supervisor

ANEXO II

Logo of the Municipality of Niterói and text: PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE NITERÓI, RELATÓRIO DE ESTUDO DIRIGIDO

Data: Especializada:
Procurador Coordenador:
Residente:
Tema:
Síntese:
Observações do Coordenador:
Residentes presentes:
Niterói, de de 20

Residente Jurídico Procurador do Município

ANEXO III

FICHA DE AVALIAÇÃO DE AULA

Professor ou
Palestrante:
Tema:
Módulo:

Table with 5 columns: Fatores Desempenho, CRITÉRIOS, MB, B, R, I. Rows include Conhecimento do tema, Clareza na exposição, Importância dos tópicos abordados, Distribuição dos tópicos no tempo, and Estimulo à participação dos residentes.

Observações (obs.: obrigatório quando atribuir grau regular ou insatisfatório)

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Fica aprovado o Regulamento do 2ª Processo Seletivo de Residência Jurídica, conforme anexo da presente resolução.

**Art. 2º** - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

**REGULAMENTO DO 2º PROCESSO SELETIVO DO PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA**

**DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**Art. 1º** O Processo Seletivo destina-se à seleção de candidatos, Bacharéis em Direito, para o preenchimento das vagas existentes no Programa de Residência Jurídica no âmbito da Procuradoria Geral do Município de Niterói - PGM, a juízo do Procurador Geral do Município, e as demais que vierem a ser abertas nos 24 (vinte e quatro) meses subsequentes ao Exame.

**Art. 2º** O Programa de Residência Jurídica da PGM objetiva proporcionar a Bacharéis em Direito o conhecimento da advocacia pública no âmbito municipal.

**Art. 3º** A Residência Jurídica, abrangendo atividades práticas, de ensino, pesquisa e extensão geridas pela PGM, não criará vínculo empregatício entre o aluno-residente e a Administração Pública.

**Art. 4º** Os alunos-residentes assistirão a aulas e palestras, participarão de congressos e seminários realizados pela PGM, bem como receberão orientações teóricas e práticas sobre o exercício da advocacia pública, exercendo atividades de apoio aos Procuradores do Município, tais como pesquisas de legislação, doutrina e jurisprudência; preparação de minutas de ofícios, relatórios, boletins e outras peças; análise de minutas de editais e contratos, e outras atividades afins.

**Parágrafo único:** Os alunos-residentes serão designados para exercer as suas atividades práticas sob a direção da Procuradoria Geral do Município, que designará Procurador do Município para atuar como orientador do residente.

**Art. 5º** A carga horária semanal será de 25 (vinte e cinco) horas, sendo 5 (cinco) horas de atividades teóricas e 20 (vinte) horas de atividades práticas.

**§1º** O aluno-residente poderá permanecer no Programa por até 2 (dois) anos.

**§2º** A bolsa-auxílio mensal pelo cumprimento das tarefas pertinentes à residência será no valor correspondente a R\$ 1.600,00 (mil e seiscentos reais), sem qualquer ajuda de custo adicional, sendo integralmente custeada pelo Fundo da Procuradoria Geral do Município, nos termos da Lei Municipal nº 3.047/2013.

**DAS REGRAS DO CERTAME**

**Art. 6º** O Processo Seletivo compreenderá a realização de Provas Discursivas, valendo 100 (cem) pontos cada, no qual serão aprovados apenas os candidatos que obtiverem média final igual ou superior a 60 (sessenta) pontos.

**Art. 7º** As questões das provas versarão sobre a matéria integrante dos currículos de bacharelado das Faculdades de Direito oficiais e, preferencialmente, serão voltadas aos pontos afetos à Advocacia Pública Municipal.

**§1º** As Provas Discursivas conterão questões sobre as seguintes disciplinas:

- I- Direito Constitucional;
- II- Direito Administrativo;
- III- Direito Civil/Processual Civil;
- IV- Direito Financeiro e Tributário.

**§2º** Cada prova consistirá de 2 (duas) questões dissertativas, com número de linhas limitado para resposta, possibilitando ao candidato alcançar até 100 (cem) pontos no total.

**§3º** Na atribuição de grau às questões dissertativas, a Comissão Examinadora levará em consideração o conhecimento jurídico demonstrado pelo candidato em suas respostas, a clareza e coerência na exposição das ideias e a utilização correta do vocabulário e das normas gramaticais, conforme padrão de resposta definido pela Comissão Examinadora, que será divulgado juntamente com o resultado preliminar.

**§4º** Serão reservadas às pessoas portadoras de deficiência 10% (dez por cento) das vagas que vierem a ser ocupadas, desde que comprovada a compatibilidade da deficiência com as atividades a serem desenvolvidas, devendo o referido percentual ser observado durante toda a vigência deste processo seletivo, com a necessária compensação nas convocações subsequentes.

**DA COMISSÃO ORGANIZADORA DO PROCESSO SELETIVO**

**Art. 8º** A Comissão Organizadora do Processo Seletivo será composta por 1(um) Presidente, 1 (um) Vice-Presidente e 1(um) Secretário Geral.

**§1º** O Presidente da Comissão Organizadora será escolhido, dentre os Procuradores do Município de Niterói interessados na vaga, por votação aberta do Conselho Gestor da Residência, em sessão presidida pelo Coordenador do Centro de Estudos Jurídicos.

**§2º** O Vice-Presidente será convidado, dentre os Procuradores do Município de Niterói, pelo Presidente da Comissão Organizadora.

**§3º** O Secretário Geral será indicado pelo Coordenador do Centro de Estudos Jurídicos, dentre os integrantes do CEJUR, que terá a função de auxílio direto ao Presidente nas atividades operacionais necessárias à realização do certame.

**Art. 9º** O Coordenador do Centro de Estudos Jurídicos convocará reunião extraordinária para definição do Presidente da Comissão Organizadora, que será escolhido dentre os Procuradores do Município que manifestarem formalmente o interesse na função em até 48 (quarenta e oito) horas antes da realização da referida reunião.

**§1º** Somente em caso de empate na votação, o Procurador Geral do Município efetuará o voto de qualidade.

**§2º** Não acudindo interessados na Presidência da Comissão Organizadora, o Coordenador do Centro de Estudos informará ao Conselho Gestor da Residência, que definirá o procedimento a ser adotado para a indicação de preenchimento da vaga.

**Art. 10** Compete ao Presidente da Comissão Organizadora:

- I- Nomear o Vice-Presidente da Comissão Organizadora, os fiscais e os demais integrantes do quadro de apoio para realização da prova;
- II- Convidar os membros da Comissão Examinadora;
- III- Definir o conteúdo programático do certame;
- IV- Elaborar, assinar e divulgar os editais do concurso;
- V- Definir cronogramas, locais de realização e datas de provas;
- VI- Julgar todos os recursos e incidentes instaurados em face do edital do certame e dos atos necessários a realização e prosseguimento do processo seletivo;
- VII- Confeccionar os cadernos de provas e de respostas;
- VIII- Gerenciar e praticar todos os atos materiais de realização do certame;

**Parágrafo Único:** O Presidente da Comissão Organizadora decidirá, em grau irrecorrível, todas as questões relacionadas à realização do certame.

**Art. 11** Compete ao Vice-Presidente da Comissão Organizadora:

- I- Substituir o Presidente, sem prejuízo de suas atribuições próprias, em caso de impedimento;
- II- Exercer as funções administrativas que lhe forem delegadas pelo Presidente.

**Art. 12** Compete ao Secretário Geral da Comissão Organizadora cumprir todas as rotinas operacionais determinadas pelo Presidente da Comissão Organizadora, sem prejuízo de suas atribuições próprias no Centro de Estudos Jurídicos.

**DA BANCA EXAMINADORA DO PROCESSO SELETIVO**

**Art. 13** A Banca Examinadora será composta por 2 (dois) membros por disciplina, escolhidos dentre os Procuradores do Município, que serão responsáveis pela elaboração das questões da prova discursiva, sua respectiva correção e pelas respostas a eventuais recursos interpostos.

**Parágrafo único:** Não poderá fazer parte da Banca Examinadora e/ou Comissão Organizadora, quem tiver, dentre os candidatos, cônjuge ou companheiro e parentes, consanguíneos ou afins, até o terceiro grau.



Art. 14 Os membros das bancas serão escolhidos segundo critérios previamente definidos pelo Presidente da Comissão Organizadora, observadas a especialização profissional e a formação acadêmica necessárias ao bom desempenho da função.

Art. 15 Os membros da Banca Examinadora deverão encaminhar à Comissão Organizadora, após a correção das provas, documento apto a espelhar o padrão de correção adotado, que, necessariamente, conterá a metodologia de atribuição de pontos das questões, a resposta esperada pela Banca e seus respectivos fundamentos jurídicos.

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 16 O processo seletivo para o ingresso no Programa de Residência Jurídica observará as regras contidas no presente regulamento e, subsidiariamente, na Resolução PGM nº 03 de 2013.

Art. 17 Os casos omissos neste Regulamento serão resolvidos pelo Coordenador do Centro de Estudos Jurídicos, ouvido o Conselho Gestor do Programa de Residência Jurídica.

Art. 18 As funções atribuídas pelo presente regulamento ao Procurador Geral do Município poderão ser desempenhadas pelo Subprocurador Geral do Município por delegação e/ou no caso de impedimento e afastamento.

RESOLUÇÃO PGM Nº 07, DE 18 DE MARÇO DE 2016.

APROVA O REGULAMENTO DE AVALIAÇÃO DO PROGRAMA DE ESTÁGIO DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

O PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO DE NITERÓI, no uso das atribuições que lhe foram conferidas,

RESOLVE:

Art. 1º Fica aprovado o Regulamento de avaliação do programa de estágio forense da Procuradoria Geral do Município, conforme anexo da presente resolução.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

REGULAMENTO DE AVALIAÇÃO DO PROGRAMA DE ESTÁGIO DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Art. 1º Fica instituída a avaliação mensal obrigatória, destinada à aferição de desempenho do estagiário durante todo o programa de estágio, conforme formulário constante do Anexo I do presente regulamento.

Parágrafo único: Os formulários de avaliação deverão ser preenchidos pelos Procuradores ou Servidores Supervisores dos estagiários e anexados às respectivas folhas de frequência, para encaminhamento ao CEJUR no término de cada mês.

Art. 2º O estagiário será avaliado pelos seguintes critérios:

- IX) Participação;
- X) Iniciativa;
- XI) Capacidade de aprendizado;
- XII) Aceitação de responsabilidades;
- XIII) Pontualidade e frequência;
- XIV) Cumprimento das normas internas;
- XV) Relacionamento com os superiores;
- XVI) Relacionamento com os colegas.

§1º O Procurador ou Servidor Supervisor avaliará o estagiário, em cada um dos critérios listados, atribuindo o grau de:

- IX) Muito bom (MB), correspondendo a 1,25 pts;
- X) Bom (B), correspondendo a 1,00 pts;
- XI) Regular (R), correspondendo a 0,5 pts;
- XII) Insatisfatório (I), correspondendo a 0 (zero) pts.

§2º Fica facultado ao Procurador ou Servidor Supervisor fazer apontamentos e observações sobre o desempenho do estagiário nos campos Avaliação Descritiva e Sugestões para Desenvolvimento do Estagiário, sendo obrigatória a justificativa, contudo, no caso de atribuição de grau regular ou insatisfatório a qualquer um dos critérios e/ou de entender que o estagiário não satisfaz as expectativas do programa de estágio.

§3º Será concedida vista dos relatórios ao estagiário, pelo CEJUR, sempre que o Procurador ou Servidor Supervisor efetuar observações nos campos de Avaliação Descritiva e Sugestões para Desenvolvimento do Estagiário.

Art. 3º Será desligado do programa o estagiário que obtiver, em uma avaliação mensal, grau inferior a 4,0 (quatro) e, em três avaliações consecutivas, graus inferiores a 6,0 (seis).

Parágrafo único: Nas hipóteses previstas no caput, será garantida vista aos relatórios de avaliação ao estagiário e a possibilidade de apresentação de defesa prévia escrita, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da ciência da avaliação.

Art. 4º A defesa prévia apresentada pelo estagiário nas hipóteses de desligamento e/ou de avaliação negativa será endereçada ao Procurador Geral, mediante protocolo na sede da Procuradoria Geral do Município, com as razões de fato e de direito que sustentam o pedido de modificação da avaliação atribuída.

§1º Na hipótese de desligamento do programa de estágio, o Procurador Geral dará ciência da defesa apresentada ao Procurador ou Servidor Supervisor, para manifestação sobre as alegações no prazo de 5 (cinco) dias úteis, e após, ao Coordenador do CEJUR, para emitir parecer sobre a questão, sem prejuízo de outras diligências que entender necessárias ao deslinde da questão;

§2º Nas hipóteses de avaliação negativa que não enseje o desligamento automático do estagiário, o Procurador Geral poderá, se entender que na defesa apresentada há elementos suficientes para seu convencimento, decidir de plano a questão, ficando dispensadas as notificações previstas no §1º deste artigo.

§3º O Procurador Geral decidirá a questão, em grau irrecorrível, e, no caso de desligamento, a decisão terá efeito imediato a partir da publicação no veículo de imprensa oficial do Município.

§4º Caso entenda pela procedência da defesa apresentada, o Procurador Geral poderá designar outro Procurador do Município ou Servidor para avaliar o estagiário, ou conferir diretamente a avaliação conforme sua convicção, devendo em ambas as hipóteses comunicar o CEJUR para as medidas cabíveis.

Art. 5º Os casos omissos neste Regulamento serão decididos pelo Procurador Geral do Município.

Art. 6º As funções atribuídas pelo presente regulamento ao Procurador Geral do Município poderão ser desempenhadas pelo Subprocurador Geral do Município por delegação e/ou no caso de impedimento e afastamento.

ANEXO I – Avaliação de Estágio

Ficha de Avaliação de Desempenho do Estagiário

Nome do estagiário:
Especializada:
Procurador ou Servidor Supervisor de Estágio:
Período de Referência:

Table with 6 columns: Fatores de Desempenho, Qualidade de Trabalho, MB, B, R, I. Rows include Participação, Iniciativa, Capacidade de Aprendizado, Aceitação de Responsabilidades, and Pontualidade e Frequência.

Table with 6 columns and 3 rows. Headers: Cumprimento das Normas Internas, Relacionamento com os Superiores, Relacionamento com os Colegas.

Total :
Avaliação Descritiva
O estagiário: ( ) Ultrapassa as expectativas do programa de estágio
( ) Satisfaz as expectativas do programa de estágio
( ) Não satisfaz as expectativas do programa de estágio. (Justificativa obrigatória)

Sugestões para Desenvolvimento do Estagiário (Facultativo)

Niterói, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 20 \_\_\_\_

Assinatura e carimbo do Supervisor

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
ATOS DA SECRETÁRIA E DO PRESIDENTE
A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA E O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVEM

Instituir comissão que visa implantar o Programa Educação Sustentável – Niterói, na Rede Municipal de Educação com objetivo de promover ações que contribuam para o uso eficiente de Energia Elétrica e Água nas unidades administrativas, unidades escolares, bibliotecas e telecentros sob a presidência do primeiro:
1. Wilber de Araujo Vasquez, matrícula: 234955-3
2. Andre Luiz Espindola Guedes, matrícula: 0234968-6
3. Carlos Eugênio Latgé de Bustamante Sá, matrícula: 1241630-4
4. Cláudia Regina Martins Barbosa Lemos, matrícula: 232453-1
5. Eduardo Diniz Madureira Baggio, matrícula 0237178-9
6. Francisco Alves de Moraes, matrícula: 236909-8
7. Maria Angélica Faillace Bragança, matrícula: 239499-0
8. Miriam Ramos Rocha, matrícula: 00222542-3
9. Vânia Lucia Gentil Monteiro, matrícula: 0233317-7
1º Caberá a comissão implementar ações diversas para enfrentamento ao desperdício de energia elétrica e de água.
2ª Caberá a comissão articular, em sintonia com os responsáveis pelas referidas unidades, aspectos que possam ser aprimorados e a difusão de práticas exitosas de economia da natureza, já em andamento nas referidas unidades escolares e em prédios administrativos.
3ª Caberá a comissão apoiar atividades, nas diversas unidades, visando elevar o nível de consciência ambiental junto à comunidade escolar e à sociedade em geral e desenvolver ações em parceria com órgãos governamentais, instituições de ensino e pesquisa, empresas e sociedade civil organizada para o fortalecimento do referido Programa.
(PORTARIA CONJUNTA SEMECT/FME/0001/2016)

ATOS DO PRESIDENTE

Descredencia e Credencia Servidores da Fundação Municipal de Educação de Niterói para o recebimento da Verba Escolar, recurso a que se refere o Decreto nº 7958/98, de 17 de novembro de 1998, alterado pelos Decretos de nº 9027/03, de 04 de julho de 2003, e o de nº 9571/05, de 17 de maio de 2005.
O Presidente da Fundação Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais,
R E S O L V E:
Art. 1º - Descredenciar a Servidora da Fundação Municipal de Educação de Niterói, abaixo relacionada, para o recebimento da Verba Escolar, recurso destinado às Unidades de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos da Rede Municipal.
Carolina Lauria Silva Marques – Matrículas nº 235.485-0 da UMEI Dr. Paulo Cesar de Almeida Pimentel (Unidade Requisitante).
Art. 2º - Credenciar a Servidora da Fundação Municipal de Educação de Niterói, abaixo relacionada, para o recebimento da Verba Escolar, recurso destinado às Unidades de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos da Rede Municipal.
Maria Inês de Azevedo Ventura - Matrícula nº 228.528-6, da UMEI Dr. Paulo Cesar de Almeida Pimentel (Unidade Requisitante).
Art. 3º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
(PORTARIA FME Nº 179/2016)
Descredencia e Credencia Servidores da Fundação Municipal de Educação de Niterói para o recebimento da Verba Escolar, recurso a que se refere o Decreto nº 7958/98, de 17 de novembro de 1998, alterado pelos Decretos de nº 9027/03, de 04 de julho de 2003, e o de nº 9571/05, de 17 de maio de 2005.
O Presidente da Fundação Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais,
R E S O L V E:
Art. 1º - Descredenciar a Servidora da Fundação Municipal de Educação de Niterói, abaixo relacionada, para o recebimento da Verba Escolar, recurso destinado às Unidades de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos da Rede Municipal.
Bruna Dábata da Silva Vidal – Matrícula nº 236.689-6 da E.M. Professora Bolívia de Lima Gaétlio (Detentora).
Art. 2º - Credenciar a Servidora da Fundação Municipal de Educação de Niterói, abaixo relacionada, para o recebimento da Verba Escolar, recurso destinado às Unidades de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos da Rede Municipal.
Ana Paula da Silva Gomes - Matrícula nº 235.111-2, da E.M. Professora Bolívia de Lima Gaétlio (Detentora).
Art. 3º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
(PORTARIA FME Nº 181/2016)
Considerando o Art. 59, parágrafo único da Lei 8.666/93, c/c com a Instrução Normativa/AGU 04/2009, RECONHEÇO A DÍVIDA, conforme abaixo especificada:
ALVO: Pagamento às Sociedades Empresárias OI MÓVEL S.A, CNPJ Nº 05.423.963/0133-61 e a TELEMAR NORTE LESTE S/A, CNPJ Nº 33.000.118/0001-79, referente à prestação de serviços de telefonia móvel e fixa/internet/transmissão de dados, no exercício de 2015, conforme Ofício/ADM/FME Nº 0-P/2016 e em conformidade com a Ata de conclusão da Comissão de Análise da FME, Processo Administrativo Nº 210/0259/2016. VALOR TOTAL: R\$ 352.250,39 (trezentos e cinquenta e dois mil duzentos e cinquenta reais e trinta e nove centavos), sendo empenhados, respectivamente, R\$ 150.559,76 (cento e cinquenta mil quinhentos e cinquenta e nove reais e setenta e seis

centavos) à conta do Programa de Trabalho Nº 12.122.0001.2739. Fonte: 100. Código de Despesa: 3339092000000. Nota de Empenho: 000100/2016. (OI MÓVEL) e **R\$ 201.690,63** (duzentos e um mil seiscentos e noventa reais e sessenta e três centavos), à conta do Programa de Trabalho nº 12.122.0001.2739. Fonte: 100. Código de Despesa: 3339092000000. Nota de Empenho: 000099/2016 (TELEMAR.). **CREDORES:** OI MÓVEL S.A e TELEMAR NORTE LESTE S/A. **DATA COMPROMISSO:** 19/02/2016. **(Ato de 19/02/2016).**

Considerando o Art. 59, parágrafo único da Lei 8.666/93, c/c com a Instrução Normativa/AGU 04/2009, **RECONHEÇO A DÍVIDA**, conforme abaixo especificada:  
**ALVO:** Pagamento à OLIMAR ADMINISTRATAÇÃO DE IMÓVEIS LTDA, CNPJ Nº 04.477.802/0001-48, referente ao aluguel do imóvel, situado à Rua Visconde de Uruguai, 300, Centro, Niterói, onde funcionam setores da Fundação Municipal de Educação, inerente ao mês de janeiro de 2015, conforme Ofício ADM/FME 009P/2015, às fls. 02 do Processo Administrativo Nº 210/0733/2015. **VALOR TOTAL: R\$7.300,00** (sete mil e trezentos reais), à conta do Programa de Trabalho: nº 12.122.0001.2739. Fonte: 100. Código de Despesa: 3339092000000. Nota de Empenho: 000115/2016. **CREDOR:** OLIMAR ADMINISTRAÇÃO DE IMÓVEIS LTDA. **DATA COMPROMISSO: 26/02/2016 (Ato de 26/02/2016).**

Considerando o Art. 59, parágrafo único da Lei 8.666/93, c/c com a Instrução Normativa/AGU 04/2009, **RECONHEÇO A DÍVIDA**, conforme abaixo especificada:  
**ALVO:** Pagamento à CARMEN CUPOLILLO GRAVINA, CPF Nº 029.694.147-67 referente à locação do Imóvel situado na Rua Magnólia Brasil, nº 68 – Fonseca/Niterói/RJ, inerente ao mês de novembro de 2015, conforme solicitado através do OFÍCIO ADM/FME Nº 056P/2015, às fls. 02, Processo Administrativo Nº 210/5089/2015. **VALOR TOTAL: R\$ 3.585,25** (três mil, quinhentos e oitenta e cinco reais e vinte e cinco centavos), à conta do Programa de Trabalho nº 12.122.0001.2739. Fonte: 100. Código de Despesa: 3339092000000. Nota de Empenho: 00178/2016 **CREDOR:** CARMEN CUPOLILLO GRAVINA. **DATA COMPROMISSO: 04/03/2016 (Ato de 04/03/2016).**

**O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**, no uso de suas atribuições legais e, considerando o que estabelece os incisos VII e VIII do art. 13, do Estatuto da FME, aprovado pelo Decreto N.º1 de 28 de agosto de 1991, publicado em 29 de agosto de 1991.

**R E S O L V E:**

**Aposentar, Regina Helena Braga Medina**, no cargo de **Professor II NS III**, matrícula nº.233.033-0 Portaria FME 178/2016. Processo 2100000746/2016.

**Fixação de Proventos**

Ficam fixados os proventos mensais de **Regina Helena Braga Medina**, aposentada pela Portaria FME nº. 178/2016, de 16/03/2016, no cargo de **Professor II NS III**, matrícula nº. 233.033-0.

**Licença Especial - Deferida**

Proc. 210000295/2016 – Denize Costa da Silva .

**Licença Sem Vencimentos – Deferida**

Proc. 210000015/2016 – Creusa Ramos de Oliveira

Proc. 210000810/2016 – Oneida Bispo dos Santos Correia

Proc. 210000811/2016 – Oneida Bispo dos Santos Correia

**Auxílio Natalidade – Deferido**

Proc.210000993/2016- Janilma Moreira Dantas Salles

Proc. 210001053/2016-Thatiane Pinho da Costa

**Salário Família – Deferido**

Proc.210001016/2016 – Jorge Felix Timbo da Siva.

**Readaptação – Deferida**

Proc. 210005143/2015 - Ana Regina Witka Xavier.

Proc. 210000487/2016 - Cristiane Menezes Ferreira.

Proc. 210000760/2016 - Debora Jeronimo da Silva.

Proc. 210000496/2016 – Marcos Augusto de Oliveira

**Redução de Carga Horária – Deferida**

Proc. 210000636/2016- Cristiane Naegele Fernandes Bon.

Proc. 210000309/2016- Elisangela Azevedo Ferreira Lima.

Proc. 210000308/2016- Elisangela Azevedo Ferreira Lima.

Proc. 210000520/2016- Filomena Pereira Fernandes.

Proc. 210000178/2016- Sabrina dos Santos Pelo.

Proc. 210000179/2016- Sabrina dos Santos Pelo.

Proc. 210000074/2016- Viviane Suzart Cop

**Permuta – Deferida**

Proc. 210000674/2016- Fabiana Ferreira Jorge

Proc. 210000527/2016- Gabriela Lima de Araujo

**Cancelamento de Permuta – Deferida**

Proc. 210001029/2016- Daiane Meiriele da Silva Mota

**Disposição – Indeferido**

Proc. 180000227/2016- Leticia Raymundo Carvalho Tinoco

Aprovo as contas do convênio nº 031/2013 e Termo Aditivo nº 09/2015, período: janeiro a dezembro de 2015 da ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E AMIGOS DO CANTAGALO E PARQUE DA COLINA - Creche Comunitária Eulina Felix, Programa Criança na Creche.

Aprovo as contas do convênio nº 029/2013 e termo aditivo 011/2015, período: janeiro de 2015 a dezembro de 2015 da ASSOCIAÇÃO DAS DAMAS DE CARIDADE DE SÃO VICENTE DE PAULO DE NITERÓI - Creche Comunitária Irmã Catarina, Programa Criança na Creche.

**EXTRATO DE AUTORIZAÇÃO DE ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇO**

Autorizo a Secretaria Municipal de Ordem Pública, a aderir à Ata Registro de Preços nº **006/2015**, referente ao Pregão Presencial nº **023/2015**, oriundo do Processo Administrativo nº **210/3729/2015**. Em consonância com o artigo 22, §1º do Decreto Federal nº 7.892 de 23 de janeiro de 2013.

**FUNDAÇÃO DE ARTE DE NITERÓI – FAN**

**Portarias**

Exonerar, INDIO DO BRASIL CARDOSO, a contar de 01/03/2016, do cargo em comissão de Coordenação Aprendiz/Música na Escola - símbolo CC-2 Fundação de Arte de Niterói – FAN (Port.044/16)

Exonerar, ANTONIO EGÍDIO PERPETUO, a contar de 01/03/2016, do cargo em comissão de Coordenação de Agenda Cultural - símbolo CC-2, da Fundação de Arte de Niterói –FAN (Port.045/16)

Nomear, NILTON CEZAR TELLES DA SILVA, a contar de 01/03/2016, para o cargo em comissão de Coordenação Aprendiz/Música na Escola - símbolo CC-2 Fundação de Arte de Niterói – FAN, em vaga decorrente a exoneração de Indio do Brasil Cardoso (Port.046/16).

Nomear, MARDEN FONSECA DE OLIVEIRA JUNIOR, a contar de 01/03/2016, do cargo em comissão de Coordenação de Agenda Cultural - símbolo CC-2, da Fundação de Arte de Niterói -FAN em vaga decorrente a exoneração de Antônio Egídio Perpétuo (Port.047/16).

**EMPRESA MUNICIPAL DE MORADIA, URBANIZAÇÃO E SANEAMENTO – EMUSA  
LICENÇA AMBIENTAL MUNICIPAL PRÉVIA**

A Empresa Municipal de Moradia, Urbanização e Saneamento – **EMUSA**, CNPJ: **32.104.465/0001-89**, torna público que recebeu da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Sustentabilidade – **SMARHS**, através do processo nº. **250/001714/2015**, a Licença Ambiental Municipal Prévia **LAM-P Nº. 001/2016**, com validade de 16 de março de 2016 a 16 de março de 2018.